

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

#### CONTRA RAZÃO :

PREZADO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DO PREGÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL PARA A REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS APREENDIDOS – ÁREA DE ABRANGÊNCIA: PARANÁ

PREGÃO ELETRONICO Nº 04/2019 PROCESSO Nº 08129.002051/2019-50 – MENOR PREÇO POR ITEM

CONTRARAZOES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

JORGE V. ESPOLADOR, brasileiro, leiloeiro público oficial, devidamente matriculado perante a JUCEPAR nº 13/246-L, inscrito sob o CPF 918.216.069-49, com endereço a Rua José Leite de Carvalho, nº 74 – Jardim Higienópolis – Londrina – Pr – Cep: 86.015-290, vem apresentar a presente Contrarrazões Recursal ao Recurso interposto em 09 de Maio de 2019, pelo recorrente Fábio Gonçalves Barbosa, com fulcro nos itens 9 e seguintes do referido edital, nos termos das contrarrazões que se passa a expor:

#### 1. DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do item 9 do Edital de licitação – Pregão Eletrônico nº 04/2019 – Processo nº 08129.002051/2019-50, após apresentada as razões de recurso, por quem de direito, abrir-se-ia o prazo de 03 (três) dias a contar do termino do prazo do recorrente para apresentação de contrarrazões recursais.

Oportuno se torna dizer que, o Recurso Administrativo interposto pelo Sr. Leiloeiro Fábio Gonçalves Barbosa foi em data de 09 de maio de 2019, sendo que o prazo para contrarrazões de 3 (três) dias escoa-se em data de 14 de maio de 2019, razão pelo qual a presente contrarrazão encontra-se tempestiva.

Apesar do acima exposto, afim de corroborar com a afirmativa, segue abaixo acostado, as informações disponíveis no site (<http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/livre/pregao/ata0.asp>),

#### 2. DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA – SUMULA 262 DO TCU – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE – PLANO DE NEGÓCIO.

Cuida o presente Recurso, interposto pelo leiloeiro [licitante], por meio da qual noticia irregularidades no Pregão Eletrônico 04/2019, do tipo menor preço por item, que objetiva a contratação de Leiloeiro Público Oficial, para realização de leilão de móveis, apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo o perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles que possam ser indicados pela justiça para realização de alienação antecipada, para o período de 12 (doze) meses, visando atender as necessidades da Secretaria Nacional de políticas Sobre Drogas (SENAD).

Observa que, os argumentos trazidos pelo recorrente –“que a proposta do licitante vencedor com margem de lucro mínima ou sem margem de lucro”-, não conduz, necessariamente, à inexecuibilidade, logo não pode ser reconhecida, pois tal fato depende dos bens a serem leiloados e a estratégia comercial do licitante vencedor.

A desclassificação por inexecuibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, após dar ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta, assim disciplina a sumula 262 do TCU.

SÚMULA TCU 262: O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei 8.666/1993 conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

Na mesma linha, outras deliberações desta Corte indicam que “a desclassificação de proposta por inexecuibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios

previamente publicados". Nessa conformidade, segue os seguintes Acórdão 2.528/2012, reforçado pelo recente 1.092/2013, ambos do Plenário.

Dito isso, observa que ainda não fora colhido o plano de negócio dos licitantes vencedores, qual seja oportuno para evidenciar eventual inexecuibilidade do contrato, razão pelo qual requer a improcedência dos pedidos.

### 3. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer o indeferimento do recurso interposto, tendo em vista que será aberta oportunidade a este leiloeiro de apresentar seu plano de negócio, podendo assim, ser questionada eventual inexecuibilidade em relação a contratação descrita no edital do Pregão Eletrônico 04/2019.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento

Cordialmente!

Londrina, 14 de maio de 2019

JORGE V. ESPOLADOR  
Matricula Jucepar nº 13/246-Leiloeiro

**Fechar**